



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
NA AMÉRICA LATINA**

**¡NUESTRA AMÉRICA TRANSVIADA! UMA MIRADA INTERDISCIPLINAR SOBRE
A AGENDA LGBTI+ EM 10 ANOS DE PARLAMENTO DO MERCOSUL**

NELSON SOUTERO COUTINHO NETO

Foz do Iguaçu
2019

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA
AMÉRICA LATINA**

**¡NUESTRA AMÉRICA TRANSVIADA! UMA MIRADA INTERSECCIONAL SOBRE A
AGENDA LGBTI+ EM 10 ANOS DE PARLAMENTO DO MERCOSUL**

NELSON SOUTERO COUTINHO NETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos na América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Marcos de Jesus Oliveira

Foz do Iguaçu
2019

NELSON SOUTERO COUTINHO NETO

**¡NUESTRA AMÉRICA TRANSVIADA! UMA MIRADA INTERSECCIONAL SOBRE A
AGENDA LGBTI+ EM 10 ANOS DE PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos na América Latina

BANCA EXAMINADORA

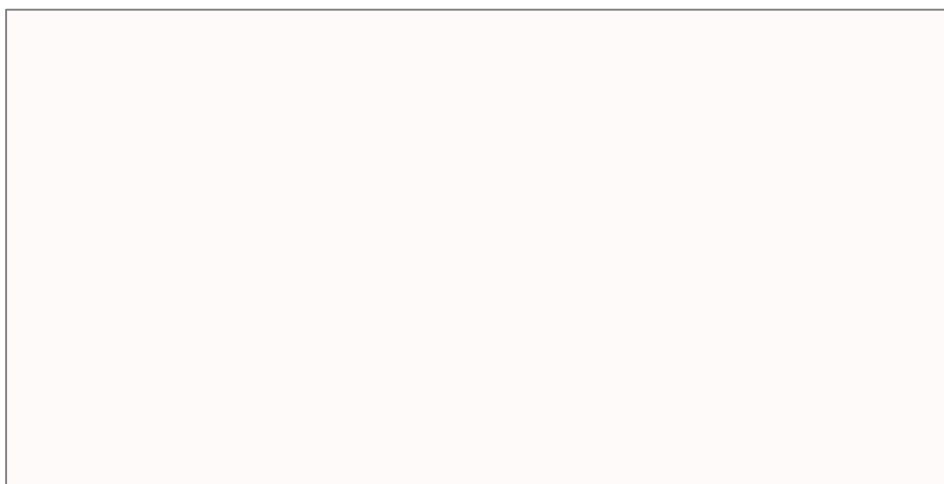
Orientador: Prof. Dr. Marcos de Jesus Oliveira
UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

FICHA CATALOGRÁFICA EMITIDA PELA
BIBLIOTECA DA UNILA



Dedico este trabalho à todas nós,

Sapatões

Bichas

(mulheres) Trans (homens)

Bi

Queers

Intersexo

Travestis

Periféricas

Pretas

Mestiças

LATINOAMERICANAS

Faveladas

Caipiras

Nordestinas

Trabalhadoras

Do close

Fechativas

Que queriam entrar aqui e conseguiram!

Que querem e não podem!

Que mal sabem que podem ou que mal sabem que este lugar aqui existe!

Àquelas que estão no armário, fora dele, ou
entre ele; que levaram tiros; socos;
xingamentos; que estão nas sarjetas deste
país; de silicone industrial; que resistem... E
mesmo assim amam,

À todas nós,

e às mães e aos pais que não nos deixaram faltar amor

inclusive à minha mãe e ao meu pai, Elisete e João,

todo afeto nestas páginas.

AGRADECIMENTOS

Os dias que antecedem essa escrita estávamos minha mãe e eu tomando café e fumando cigarro na cozinha e ela me disse algo que me tocou profundamente e compartilho com vocês. “Eu não sei, não sei mesmo o que pensar sobre a dedicação que seu pai e eu tivemos para você estudar. Antes eu acreditava, não sei, eu acreditava que a Educação seria a arma mais forte que poderíamos te dar para você se proteger sendo pobre, pardo e gay. Eu acreditava que quanto mais você estudasse e você pegou gosto pelos estudos, mais forte você ficaria. Mas aí, eu não sei. Quanto mais você estuda, quanto mais você se aprofunda nos seus estudos, depois que você foi para Foz de Iguaçu (PR) estudar Direitos Humanos e entrar no mestrado, me parece que mais vulnerável você vai ficando, mais frágil. É como que quanto você mais estuda, não sei se é o que você estuda, ou onde você estuda, você vai ficando mais vulnerável”.

Começar os agradecimentos desse trabalho de conclusão de curso com esta fala de minha mãe não significa apenas agradecer aquelas pessoas que estiveram diretamente, ou indiretamente, envolvidas em minha trajetória durante o curso de especialização em Direitos Humanos na América Latina, durante minha estadia na Universidade Federal da Integração Latino Americana, e enquanto estive em Foz do Iguaçu. Especialmente, como lembra minha mãe, quando se é pardo, pobre e homossexual em um país como Brasil, ou ainda em uma Nossa América que carrega na história uma dolorosa e série de violações de direitos fundamentais da pessoa humana.

Não escrevi estas linhas sozinho. Antes mesmo da existência da UNILA em minha vida muitas pessoas me oportunizaram esta caminhada. Tenho que agradecer amizades que estão em mim há anos como meu amigo Gean Gonçalves.

Também há de minha amiga Symmy Larrat, e todos e todas que trabalhei na Coordenação de Políticas para LGBT da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo entre 2015 e 2016. Sem esta experiência eu não poderia ter aprofundado tanto meu olhar sobre os direitos humanos de modo interseccional, na prática.

Ainda agradeço imensamente Bruno Oliveira e Iran Giusti da Casa 1. Vocês sempre estarão em meu coração.

Agradeço imensamente aquele que gostaria de ter podido amado mais, mas não pude, Egberto Cunha, que sempre me deu colo em todos os verões e fez da sua

ilha meu refúgio dos medos que assombram a vida intelectual. E também agradeço aquele que gostaria ter amado menos, que no fim tornou-se um parceiro fundamental em minha trajetória nestes últimos dois anos e com certeza sempre levarei no coração com sua amizade, Vitor Guedes. Em minhas últimas semanas em Foz do Iguaçu fez de sua morada a minha também.

Clara Clariana tem em minha vida um pedaço enorme de gratidão. Sem você não poderia ter continuado esta história que construo. E junto a Clara, há Flavio Rodrigues, que jamais esquecerei de tua amizade, mesmo que a distância não nos permita nossas trocas tão íntimas. Obrigado.

Não menos importante, devo agradecer todo o corpo docente da especialização em Direitos Humanos na América Latina que me oportunizou reflexões tão profundas sobre o tema. Em especial ao meu orientador professor doutor Marcos de Jesus Oliveira, por nossos encontros, nosso processo de escuta e sua orientação.

Também agradeço Ricardo Sales, Mariana Macario, Ana Claudia Guschow, Alan Leite, Alessandro Engroff, Isabella Freihat Mota, Analise Torres, Bruna Svetlic, Adriana Gosuen, Irving Alves e Adriano Senkevics pelo companheirismo e paciência em saberem que oportunidades tão valiosas passaram por minha.

Por fim, agradeço meus pais, Elisete Menegusso Coutinho e João Carlos Soutero Coutinho que me oportunizaram este crescimento a partir do suor de seus trabalhos. Obrigado.

Silêncio

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a agenda LGBTI+ nos primeiros dez anos de fundação do Parlamento do Mercosul utilizando o próprio portal da organização para encontrar os documentos das plenárias. A proposta se apresenta para encontrar como o discurso de Direitos humanos, Gênero e Sexualidades são apresentados em um organismo internacional que tem como objetivo promover a integração em Nossa América, e como pode-se, a partir dessa análise encontrar outras estratégias interseccionais frente ao avanço neocolonial patriarcal capitalista branco em nossa região. Neste sentido, este trabalho se pretende tanto interdisciplinar quanto interseccional, com o propósito de não ser apenas um trabalho em Direitos Humanos em Nossa América fechado no campo jurídico, mas também social.

Palavras-chave: Direitos Humanos. América Latina. Sexualidade. Mercosul. Parlamento do Mercosul.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la agenda LGBTI + en los primeros diez años de fundación del Parlamento del Mercosur utilizando el propio portal del organizador para encontrar los documentos de las plenarias. La propuesta se presenta para encontrar cómo el discurso de Derechos Humanos, Género y Sexualidades son presentados en un organismo internacional que tiene como objetivo promover la integración en Nuestra América, y cómo se puede, a partir de ese análisis, encontrar otras estrategias interseccionales frente al avance neocolonial patriarcal capitalista blanco en nuestra región. En este sentido, este trabajo se pretende tanto interdisciplinario como interseccional, con el propósito de no ser un trabajo en Derechos Humanos en Nuestra América cerrado en el campo jurídico.

Palabras clave: Derechos Humanos. América Latina. La sexualidad. Mercosur. Parlamento del Mercosur.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ¡NUESTRA AMÉRICA TRANSVIADA!	16
2.1 ARGENTINA.....	18
2.2 BRASIL.....	18
2.3 PARAGUAI	18
2.4 URUGUAI.....	19
2.5 VENEZUELA	19
3 A PAUTA É: LGBTI+	20
4 AQUENDA	24
REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

Quando cheguei ao curso de pós-graduação *lato sensu* em Direitos Humanos na América Latina, da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) já havia acumulado uma experiência política, social, profissional e acadêmica sobre não temáticas que circundam os direitos humanos, de modo generalista, mas, sobretudo, sobre gênero e sexualidades. Principalmente temas que dizem respeito à comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers e intersexo (LGBTQI+). Neste sentido, posso dizer que colaborei e aprendi, refleti e agi, simultaneamente trabalhando, há quase dez anos, com muita gente que não só dedicam suas vidas profissionais e acadêmicas na luta contra as mais distintas formas de violências e desigualdades entre gêneros e sexualidades, mas que dedicam ao afeto, ao companheirismo, à empatia e alteridade para com os iguais. Assim, pude ter o prazer de trabalhar em uma das maiores editoras LGBT da América Latina, a Mix Brasil, escrevendo reportagens sobre refugiadas e refugiados da nossa comunidade, o debate feito no Congresso e no Judiciário sobre direitos básicos que nos são negados pelo Estado, sobre nossa memória, sobre nosso comportamento, e nossos lugares enquanto sujeitos com história para contar. Depois de minha estadia pelas revistas da editora, tive o privilégio de trabalhar na Coordenação de Políticas para LGBT (CPLGBT), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) da Prefeitura de São Paulo, como coordenador de comunicação. Não só vi de perto como funcionam as engrenagens de um Estado e como elas podem funcionar para triturarmos, mas também como estas mesmas engrenagens funcionam para nos tornar cidadãos e cidadãs autônomos e com os direitos fundamentais da pessoa humana. Felizmente, e com todas as críticas possíveis que podem ser feitas ao governo que foi do então prefeito Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), durante os anos de 2012 e 2016, pude fazer parte de uma estrutura estatal que não via a população, sobretudo os mais vulnerabilizados e precarizados como a população LGBTQI+, como fonte de arrecadação de impostos que serão revertidos em mais dinheiro para o capital financeiro via contratos duvidosos à empresas. Foi durante minha passagem pela CPLGBT que não só me foi oportunizado pensar políticas públicas setoriais à população LGBT, mas também as construir de modo interseccionadas com outras coordenações da SMDHC e suas coordenações como Crianças e Adolescente, Direitos à Cidade, Juventude, Deficiente, Refúgio e Migração, Populações de Rua e Negra, Direito à Educação, ao Trabalho digno e tantas outras. Foi assim que cheguei ao curso de

Especialização em Direitos Humanos na América Latina da UNILA, ou seja, o título de especialista vem depois da experiência, da prática, da ação, da reflexão cidadã, política e cultural. Foi no cotidiano participando de passeatas, na organização de eventos, por dentro da maior parada LGBT do mundo, na fundação da Casa 1, junto do [SSEX BOOX] e tantos outros grupos organizados que me fortaleci, cresci enquanto sujeito consciente de mim e do Outro, ou seja, enquanto sujeito consciente de Nós.

E foi durante o curso que tive outro privilégio. O privilégio de aguçar e exercer o labor científico no qual pretendo apresentar aqui não apenas para conquistar um título, mas para conseguir instrumentalizar as ferramentas que consegui durante minha própria experiência como também sujeito e devolvê-las à estas comunidades na qual pertenço orgulhosamente, tanto a LGBTQI+, mestiça, periférica, quanto de Nossa América, esta última que não assalto tão somente o termo de José Martin, mas também de uma Nossa América que se constrói a partir de uma perspectiva e a partir de determinados Estudos Feministas como a *mestiza* Gloria E. Anzaldúa. Falar a partir de términos de “América Latina” é assumir uma condição inventada de uma perspectiva colonizada de uma história que vai além. Por este motivo encontrará por aqui não uma noção latino-americana nos dada desde outro hemisfério, mas de uma ideia nossamericana.

Perceber estes lugares que pertenço só foi possível, ao longo do curso, quando me foi oportunizado um olhar crítico e profundo sobre de como foram criados estes mesmos lugares ao longa da trajetória histórica do Brasil e de nossos países vizinhos. Não há como pensar em Direitos Humanos na Nossa América sem deixar de discutir que nossas histórias, nossa cultura, nossa política, nosso contexto étnico-racial, nossas sociedades foram forjadas desde o princípio por sociedades coloniais. Não há como pensar em Direitos Humanos desde Nossa América sem deixar de “entender como o poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades” (Ribeiro, 2017, p. 31).

Neste sentido, perceber como são estruturadas as violências a partir das identidades de determinados grupos e como estas mesmas entrecruzadas por muitas outras relações de poder nos colabora a compreender, como aponta a filósofa negra Djamila Ribeiro (2010), as opressões que privilegiam certos grupos em detrimento de outros.

Portanto, o que se encaminha por este trabalho não é apenas uma análise estritamente recortada e subjetivada de um grupo social e a inserção de sua pauta dentro do Parlamento do Mercosul, mas é também, sobretudo, uma investigação que tem como

cosmologia a compreensão mais complexa de que estes sujeitos e suas demandas estão para além de uma demanda simplificada em questões de identidade de gênero, orientação afetivo-sexual e de corpo-genital.

Estamos falando de sujeitos que estão inseridos dentro de um processo de distribuição de poderes e outros recursos da sociedade em que se faz importante destacar que estas divisões de raça, etnia, classe, gênero, idade, sexualidade e tantas outras constroem as relações de poder não como aditivas ‘cruzadas’ ou entrelaçadas, e sim simultaneamente constituídas, “formando particulares nuances e significados contestáveis de determinados locais sociais, em momentos históricos particulares, em contextos sociais, econômicos e políticos particulares em que algumas divisões sociais têm mais saliência e efeito” (YUVAL-DAVIS, Nira, 2015, p. 93-94).

Pensar, ou melhor, evidenciar como se dão as pautas relacionadas à população LGBTI dentro do Parlamento do Mercosul é também evidenciar como estão sendo costuradas as demandas de um grupo minorizado e precarizado dentro de um instrumento que se propõe promover uma ideia de integração regional, neste caso, de uma América Latina. Será possível pensar uma integração nossamericana sem observar e atender tais demandas? Sobretudo quando estamos discutindo a parti dos direitos humanos? E que direitos humanos são estes? As perguntas não são poucas, tampouco de fácei respostas.

El problema de los derechos humanos no puede seguir circunscritos a la esfera de lo público, como una repetición monótona de las normas que deben acatar tanto el Estado como los ciudadanos. Su presencia, como temática cadente del mundo contemporáneo, es en principio producto de un cambio en la sensibilidad colectiva que afecta nuestra manera de entender tanto el quehacer político como las relaciones amorosas, modulación afectiva que sólo de manera secundaria busca expresión en las estructuras legislativas. La tradicional división entre lo público e lo privado, revela e éste caso su carácter arbitrario, pues al tratarse de la estética social – campo al cual adscribimos el derecho a la ternura –, es imposible no trascender el umbral del ágora o la calle para adentrarnos en las raíces afectivas, familiares e interpersonales, de las que se alimenta la ética ciudadana. Pensar dentro de la lógica excluyente de lo público y lo privado es colocarnos en una perspectiva que desconoce la dimensión fundante de lo afectivo, como si la acción política nada tuviera que ver con las relaciones de poder que se establecen en la intimidad. Es hora de superar un planteamiento sobre los derechos humanos enunciado desde la juridicidad visible de los macro discursos ordenadores del Estado y la nación, marco expositivo que no deja ningún espacio para abordar, en su carácter de conflictos actuales de poder, aspectos hasta ahora relegados a la sombra de la dinámica familiar y la vida privada. (RESTREPO, Luis, 1994, p. 10-11)

Há neste trabalho, como elencado por Restrepo, uma tentativa de tirar o debate dos direitos humanos do campo restrito da juridicidade e pensarmos fora de uma lógica excludente entre público e privado. Não é difícil de encontrar sujeitos que

argumentam que tratar de gênero e sexualidades é tratar do ambiente privado e particular do sujeito, desvalidando que as próprias categorias gênero e sexualidade atravessam toda a sociedade, categorizando sociedades em grupos específicos onde alguns são considerados humanos em sua totalidade, portanto, portados de todos os direitos universais da pessoa humana, entretanto, há aqueles que estão fora da estrutura normativa em vigor e são minorizados em direitos e, conseqüentemente, tendo vidas cotidianas precarizadas. Desse modo que surge a emergência de compreendermos a complexidade que se dão as inclusões e exclusões das demandas destes grupos dentro de um sistema regional de Estados-nações que se pretendem dialogar diretamente com sua população, neste trabalho estamos tratando do Estados que compõem o Parlamento do Mercosul: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

É importante chamar atenção de que não trataremos de recuperar uma historicidade sobre os movimentos organizados e de luta da população LGBTI+ de cada um desses países, entretanto, na primeira parte deste trabalho, **¡Nuestra América transviada!**, será ofertado a oportunidade de reconhecer, na atualidade, o cenário em que se encontram os direitos desta população em cada um dos países e como estes países compõem o bloco do Parlamento do Mercosul.

Em um segundo momento, no capítulo **A pauta é: LGBTI+**, será regatado do portal do Parlamento do Mercosul os momentos em que foram pautadas nas reuniões a temáticas relacionadas a esta população na tentativa de sistematizar quais interlocutores, o contexto em que se foi pautado, mediadoras/as e possíveis desdobramentos.

No terceiro e último capítulo, **Aquenda**, refletimos sobre como se deu a inserção da agenda LGBTI+ nos dez primeiros anos do Parlamento do Mercosul. Também, teremos a oportunidade de observar como se deram outras pautas relacionadas aos direitos humanos como igualdade gênero, raça e povos originários, dentro do Parlamento.

2 ¡NUESTRA AMÉRICA TRANSVIADA!

O contexto social, político, intelectual e cultural que se encontra Nuestra América exige uma posição crítica em que inclusive a linguagem tem sua importância nestes mesmos contextos. Posicionar-se não significa negar protocolos eurocentrados para o que chamamos de construção de conhecimento, mas também, não negar que quem escreve tem consciência sobre desde onde escreve e para quem. Assim surge neste capítulo o título deste trabalho *¡Nuestra América Transviada!*

Título este carregado de um simbolismo político que caminha na tentativa de expor um trabalho analítico decolonial onde leva em consideração outras ideias sobre nosso território e história. América Latina carrega em si uma ideia colonial construída sobre nossa identidade. Enquanto, Nuestra América, para além de considerar o histórico e relevante trabalho do cubano José Martí considera os relevantes trabalhos como *New Mestiza* da chicana Glória Anzaldúa, e *América Ladina* de Lélia Gonzalez.

Uma Nuestra América Transviada significa dizer que estamos tratando de sujeitos e corpos dissidentes dentro deste contexto nossamericano. De acordo com Berenice Bento (2009) “Os estudos transviados serão contradiscursos que irão propor uma nova interpretação para a relação entre corpo-sexualidade-gênero e irão estabelecer uma forte disputa como *mainstream*” (p. 46).

¡Nuestra América Transviada! Surge com a proposta de uma tomada de consciência da comunidade de LGBTI+ sobre seu lugar nesta geografia política, cultural e social, pois:

“La única posibilidad de que emerja una [Nuestra] América autoconsciente es la encontrar el modo de unir Latinoamérica en el plan de sus élites, sindicales culturales y políticas – y evidentemente de pensamiento – para que, generacionalmente, en grupo, sintiendo y haciendo sentir su existencia *comience*, por primera vez, la *unidad independiente y autónoma* de la que fue una América latina unida, pero colonial, y siempre heterónoma – heteronomía cuyo centro se ha situado en Europa y desde hace algún tiempo igualmente en Estados Unidos” (Dussel, 1983, p. 144).

Dos diferentes projetos de união de Nuestra América estão a tomada de ações para uma possível integração, constituído em 14 de dezembro de 2006, o Parlamento do Mercosul compostos pelos países Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, como “um espaço comum em que se reflita o pluralismo e as diversidades da região, e que contribua para a democracia, a participação, a representatividade, a transparência e a legitimidade social no desenvolvimento do processo de integração e suas normas” (PARLASUL, 2019).

Realmente se constituiu tal espaço, como se dá a agenda relacionadas aos temas da população LGBTI+ da região? Esta é uma das principais perguntas que o presente trabalho tem como eixo central. Entretanto, ainda no site institucional do organismo a afirmação de que “em nosso site, você encontrará informações sobre as atividades do Parlamento, tais como, a forma de organização, atos e trabalhos parlamentares, grupos políticos, orçamento, estado e internacionalização das normas, documentos, entre outros” (Ibid, 2018). Neste sentido, a ideia é buscar possíveis respostas a nossa questão central utilizando esta ferramenta de comunicação do órgão.

Dentro das competências do Parlamento do Mercosul estão a representação dos povos da região, respeito à pluralidade ideológica e política. “O Parlamento possui importante compromisso em garantir a participação dos atores da sociedade civil no processo de integração, impulsionando o desenvolvimento sustentável da região com justiça social e respeito à diversidade cultural de sua população” (Ibid, 2019).

Entre as comissões permanentes do Parlamento está a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, em que ao acessar sua página no site não se encontra informações completas e documentos desde sua constituição, como será possível ver no levantamento dos dados que seguem no próximo capítulo.

É importante trazer a reflexão do filósofo argentino radicado no México Enrique Dussel que revela entre os aspectos que impedem, muitas vezes, um progresso à uma integração social, política e cultural, para além da econômica é de que Nuestra América todavia “es una ‘sociedad de agregación’ más que de integración. ‘Agregación, contiguidad, no unión ni transfusión.... cada uno se encuentra a su vez clausurado en el medio de su acción, sea esta científica, artística y sobretodo política.” (Dussel, 1983, p. 142).

Tal reflexão de Dussel nos faz refletir sobre como estão dadas as micro relações dentro do que estamos chamando de comunidade, ou movimento, LGBTI+. É evidente que cada uma das letras da sigla tem suas trajetórias e reivindicações próprias, entretanto, quando colocamos estas letras uma ao lado da outra, o que de fato está posto? Uma “união”, “transfusão”, ou até mesmo “integração” dessas pautas de modo com que a pluralidade de vozes ganhe mais força e inclusive possam abrir outros terrenos de diálogos, ou estamos apenas agregando um conjunto de grupos vulnerabilizados e precarizados em direitos e dizendo de modo homogêneo: a comunidade LGBTI+ é tal ‘coisa’?

Unidos ou não, houveram conquistas e avanços na agenda pautada pelos movimentos LGBTI+. A seguir apresentamos um cenário geral de cada um dos países membros do Parlamento do Mercosul. Estes dados foram extraídos da *Asociación*

Internacional de Lesbianas, Gays, Bissexuales, Trans e Intersex, uma organização internacional global que tem, entre suas propostas, o objetivo de monitorar as legislações e os avanços da agenda LGBTI+ no mundo. Anualmente a organização divulga um mapa dos países que ainda têm a homossexualidade e a transexualidade como crime e suas punições, além daqueles que países que protegem e criminalizam a LGBTfobia.

2.1 ARGENTINA

Argentina é um dos países que nos últimos anos ganhou espaço na mídia internacional e regional pela decisão de reparar duas mulheres transexuais e por pedir desculpas aos sobreviventes LGBTI da ditadura do seu país (1976-1983)¹. Não há nenhuma lei que puna a homossexualidade e a transexualidade no país. Há reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo desde 2010, lei de proteção contra a violência por orientação sexual e é possível que casais homoafetivos adotem.

2.2 BRASIL

No Brasil não há uma lei que puna a homossexualidade, tampouco a transexualidade, entretanto, de acordo com a organização Transgender Europe², nos último oito anos houveram 868 assassinatos de transgênero no país. Desde 2013, após decisão do Supremo Tribunal Federal, é possível a união entre pessoas do mesmo sexo, não há uma legislação em todo o país que qualifique como crime a violência contra LGBTI+ entretanto, em alguns estados como São Paulo e Rio de Janeiro já há legislação própria. E ainda é possível que casais homoafetivos adotem.

2.3 PARAGUAI

¹ Ver: “LGBTs sobreviventes da ditadura argentina recebem pedido de desculpas”. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/lgbts-sobreviventes-da-ditadura-argentina-recebem-pedido-de-desculpas/>>. Acessado em 12 de jan. 2019.

² Ver: “Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais”. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acessado em 12 de jan 2019.

Entre os países que compõem o Parlamento do Mercosul, o Paraguai é o país mais hostil para a população LGBTI+. Não há uma lei específica que puna a homossexualidade, entretanto, o país proíbe a união entre pessoas do mesmo sexo, não protege da descriminalização e tampouco casais homoafetivos podem adotar.

2.4 URUGUAI

O Uruguai é um dos países que, nos últimos anos, mais avançou em sua legislação em torno da agenda LGBTI+. Não há lei que criminalize a homossexualidade ou a transexualidade, além de reconhecer casais do mesmo sexo. Ainda há uma legislação que proteja a população LGBTI+ contra a discriminação e a adoção por casais homoafetivos é permitida.

2.5 VENEZUELA

Na Venezuela não há criminalização contra a população LGBTI+, entretanto casais homoafetivos não têm sua união reconhecida e tampouco podem adotar. Entretanto, há legislação que os proteja contra criminalização.

3 A PAUTA É: LGBTI+

Neste trabalho foram analisados trinta e dois documentos datilografados das plenárias do Parlamento do Mercosul entre os anos de 2007 até o ano de 2018. No portal do órgão não há documentos publicados nos anos de 2011 e 2012, neste sentido não há como sabermos, pelo portal, quais foram as pautas debatidas durante as plenárias.

A primeira vez que apareceu na pauta da plenária geral do Parlasul o alguma menção há algum grupo da população LGBTI+ foi em 25 de setembro de 2015, portanto, oito anos após a criação do Parlamento, quando o debate estava entorno da preocupação sobre a tuberculose na região, em que o então deputado Luiz Galo do partido Frente Amplio do Uruguai diz:

“Otro muy prestigioso grupo asociado a la Caucus Global TB, es el Fondo de los derechos humanos en la búsqueda de la erradicación del sida, la tuberculosis y la malaria. Busca eliminar barreras relacionadas con los derechos humanos que impiden el acceso a los servicios de salud a mujeres y **transgénero**, a presos, a migrantes, a los pueblos indígenas y a otros individuos que se ven particularmente afectados por una o más de estas tres enfermedades. La discriminación y la criminalización reducen el acceso a los programas de salud y socaban las iniciativas destinadas a obtener respuestas específicas contra el sida, la tuberculosis y la malaria.” (Gallo, 2015, p. 27).

No ano seguinte, na XLIV Sesión Ordinaria del Parlamento del Mercosur, em 1º de dezembro de 2016, foi encaminhada à Comissão de Derechos Humanos uma proposta da parlamentar Ana Maria Corradi do partido argentino *Frente para la Victoria*, uma proposta de declaração de interesse por parte do Parlamento do Mercosul no livro intitulado “El niño homossexual em la Escuela Primaria”. No documento intitulado “la necesidad de abordar la situación que viven las familias de niños trans en la escuela” e encaminhado pela parlamentar ressaltando que:

“Estudios realizados por organizaciones gubernamentales, profesionales, y la sociedad civil, han concluido que son numerosos los casos que se presentan en diferentes países del mundo, en los cuales, la familia luego de años o ante un intento de agresión contra sus genitales por parte del niño produjeron la reacción de los padres respecto a considerar la magnitud del malestar vivido por su hijo en rechazo a su género biológico.

[...]

La educación en sexualidad es importante para la precención del *bullying* trans y homofóbico. Las agresiones se originan mucho más en las escuelas que en sus hogares, fuera del contexto escolar o en sus comunidades y por supuesto es inaceptable”, sostuvo Mary Ginn Delaney, especialista regional en VIH/SIDA de la Unesco, en Santiago de Chile.

Para erradicar el fenómeno dijo que los países deben aplicar políticas adecuadas en la materia tanto a nivel nacional como en el sistema educativo. “El desarrollo curricular de materiales educativos y por supuesto la formación docente es muy importante. Muy pocos adultos han tenido una educación en sexualidad adecuada” (Corradi, 2016)

Depois de 2016, a última vez que surgiu algum debate em torno da agenda LGBTI+ foi em 27 de abril de 2018, na LIV Sesión Ordinario del Parlamento del Mercosur, que envolve um tema emblemático no Brasil que resultou no exílio político do deputado Jean Wyllys do Partido Socialista. Em que houve um ato aprovado pelo rechaço contra qualquer forma de discriminação e perseguição de qualquer cidadão do bloco regional, assim como dos parlamentares que integram o corpo do Parlamento, por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

O deputado Jean Wyllys denunciou na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania as ameaças que ele já vinha recebendo desde este ano, e mais fortemente após a morte da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, do mesmo partido, Marielle Franco.

“Señor presidente: la Comisión estudió este tema con mucha preocupación, porque no es la primera vez que Parlamentarios o cualquier ciudadano sufren persecución o insultos por su condición sexual.

Existen estos casos en todos los países de la región y hemos trabajado intensamente en cuanto a la legislación. En Argentina hemos tenido avances significativos con las leyes de matrimonio igualitario y de identidad de género. De todos modos, en el año 2018 seguimos viviendo persecuciones y discriminaciones que no deben ser aceptadas. Por eso, es tan importante que este Parlamento se manifieste. La iniciativa es del Parlamentario Sabini y nosotros apoyamos la resolución.

El Parlamentario Wyllys hace tiempo que está informando en este ámbito acerca de la persecución y la discriminación que sufre por su condición sexual. Esto también le ocurría la concejal Marielle, que murió en Río.

Por lo tanto, nos solidarizamos y remarcamos que Jean Wyllys nos alertó de lo que podía ocurrir y que finalmente sucedió. Por eso, nos tenemos que manifestar en este Parlamento.” (Storani, 2018 p. 53)

Não há nenhum debate, neste tema, mais aprofundado sobre violência contra homossexuais e pessoas transexuais no país ou na região, apenas é significativo a declaração de repúdio sobre qualquer tipo de discriminação. E não é apresentado dados, propostas de ações no bloco ou até mesmo projetos substanciais para que o cenário mude.

Como podemos ver, por exemplo, em um dos discursos feitos por um parlamentar em maio de 2017:

Estoy presentando el peor genocidio ocurrido en América Latina, como lo fue la Guerra de la Triple Alianza, que en realidad fue la alianza de las oligarquías de Brasil, Uruguay y Paraguay – es decir, todas las oligarquías de los cuatro países que componemos el MERCOSUR -, con el apoyo del imperialismo inglés, financiando generosamente a las oligarquías regionales para impedir el proceso de desarrollo autónomo que tenía Paraguay hace ciento cincuenta años. Solicito que este tema se analice.

Esto tiene mucho que ver con lo que ahora está sucediendo en Brasil y Venezuela. Hay de decir claramente que existe injerencia de fuerzas extrañas

a la región, que buscan desestabilizar y dividir, como efectivamente han conseguido tanto en Venezuela como en Brasil. El imperialismo yanqui – digámoslo claramente -, como antes lo hizo el imperialismo inglés, está para dividir.

He estado leyendo a Ray Haya de la Torre, escritor peruano, manifestó que la política del imperio es muy sencilla; dividir a los pueblos, generar conflictos, buscar la inestabilidad y evitar la integración, que es exactamente lo que estamos viviendo en este momento – casi un siglo después de lo que manifestó Haya de la Torre -, ciento cincuenta años después de la Guerra de la Triple Alianza, que en realidad fue de la quintuple alianza, porque también participaron la oligarquía paraguaya y el imperialismo inglés.

¿Qué hay detrás de la destitución de Dilma Rousseff en Brasil, Presidenta que no cometió ninguno de los delitos que ahora se le atribuyen al señor Temer y que está generando la inestabilidades en ese país?

Creo que la soberanía popular y la consulta al pueblo para que decida quién va regir los destinos es siempre la mejor fórmula; también creo en la no injerencia en los asuntos internos, la autodeterminación de los pueblos. Lo mismo para Venezuela, un país que está convocando a una Asamblea Constituyente.

En Paraguay, como en una receta, se dice que la fórmula mágica será una Asamblea Constituyente. Desde luego que sí, porque o por excelencia es la máxima autoridad de la soberanía popular.

Opino que es el pueblo el que debe ser consultado y decidir en forma pacífica sin recurrir a la violencia extrema, como lastimosamente está sucediendo con cierto sector en Venezuela, que genera una reacción violenta.

Indudablemente, las fuerzas de seguridad están para defender el orden.

Tenemos que evitar el escalamiento de la violencia, y eso se logra a través de la democracia, la soberanía popular y recurriendo al pueblo. (Canese, 2017)

É importante dizer que esta declaração dada sobre Wyllys foi dada em abril de 2018, enquanto no início de 2019, quase um ano depois, a imprensa nacional³ e internacional comunicou com espanto a decisão do deputado em sair do país após a eleição do atual presidente da República Jair Bolsonaro.

Desde 2016, com o processo de golpe instaurado no Brasil, houveram uma ampla discussão nas plenárias em torno do aumento da violência no país. O mesmo debate se intensificou em 2018 com o processo eleitoral brasileiro. Entretanto, os debates sempre se davam como uma preocupação sobre a importância do país sobre o bloco geopolítico, não se especificava os modos e as especificidades da violência que aumentavam no país. Sobre tudo, durante o período, é sabido que os alvos dessas violências estavam os grupos mais vulnerabilizados e precarizados: pobres, LGBTI+ e negros.

Neste sentido, devemos recuperar as bases ideológicas que estão justamente nos discursos inaugurais do Parlamento do Mercosul, trazemos aqui três. O primeiro do senador Alfonso González Nuñez, o segundo do senador Renan Calheiros e o terceiro do senador Sergio Zambiasi.

³ Ver: “Ameaças de morte levam Jean Wyllys a desistir de mandato para deixar o Brasil” Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/24/politica/1548364530_154799.html> acessado em 28 de janeiro de 2019.

“El Mercosur que pretendemos es muchos más que un arancel externo común, es más importante que una unión aduanera incompleta, es más trascendente que una política comercial común, es por encima de todas las cosas, un reto mucho más abarcaste que está vinculado a la suerte y el destino de nuestros pueblos, conectado para superar las barreras que los separan de la educación y el conocimiento que hoy tienen términos internacionalizados de difusión y evaluación. Por estas circunstancias fundamentales hemos originado el Mercosur, para constituirnos con nuestros pueblos en una acción ante el mundo y para el mundo, para que nos conozcan, nos identifiquen y valores nuestras culturas, nuestros bienes y nuestros servicios.” (Núñez, 2007, p.8)

“Além de estreitar os laços entre os Legislativos de nossos países, terá reflexo inquestionável no amadurecimento político-institucional de nossas nações. É importante acentuar o papel do Parlamento do Mercosul no Fortalecimento da cidadania, das liberdades civis e políticas, no impulso à inclusão social e o desenvolvimento sustentável na valorização da democracia e na promoção dos direitos humanos. (Calheiros, 2007, p. 4)

“A realidade da América do Sul precisa ser transformada para que os cidadãos dos nossos países tenham direitos políticos, civis e, sobretudo, sociais. O combate ao desemprego, ao trabalho informal e à concentração de renda, combinados com a defesa de uma sociedade mais justa e democrática; o respeito as nossas culturas e a defesa do meio ambiente são seguramente, parte de uma pauta preciosa para os homens e mulheres que lutam para uma vida mais digna. (Zambaisa, 2007, p.1)

Recuperar as bases ideológicas que estão justamente dentro dos discursos de muitos parlamentares do Mercosul também é dizer que precisamos recuperar uma história de Nuestra América que não seja colonial, uma história que respeite o “pluralismo” e a “diversidade” que também estão na boca deste mesmos políticos.

4 AQUENDA

Chegamos ao fim deste estudo. Em dez anos de trabalhos do Parlamento do Mercosul, podemos observar que ainda há muito o que ser debatido em torno das violações de direitos humanos e cidadania contra a população LGBTI+ da região.

“O que podemos fazer? Como? Com quem? Que táticas devem ser usadas? Como definir uma estratégia que seja acessível a todas as pessoas, incluindo um público amplo cujos níveis de despolitização são capazes de fazer atrocidades parecerem aceitáveis? Qual é nossa visão? Como assegurar que “nós estamos falando a “todas as pessoas”? Como catalisar e estabelecer conexões entre movimentos sustentáveis, transfronteiriços e radicais? Esses são os tipos de perguntas que um grande número de ativistas se faz diariamente, perguntas que estão ancoradas no presente e que darão forma a nosso futuro.

É fácil percebermos o ânimo e simplesmente desistirmos. Não há vergonha nisso. Afinal, nós nos dedicamos a uma luta que, quando observada a partir de um referencial político convencional e pelo prisma dos meios de comunicação de massa, parece invencível. Por outro lado, se dermos um passo para trás, olharmos os fatos a partir de um ângulo mais amplo, refletindo sobre o que está acontecendo em todo o mundo e sobre a história de luta, a história dos movimentos de solidariedade, fica mais nítido, às vezes até óbvio, que, graças à vontade, aos sacrifícios e às ações do povo, forças aparentemente indestrutíveis podem ser facilmente destruídas.” (Davis, 2018, p. 17)

É interessante observar o quanto é solicitado o discurso em pró dos direitos humanos e cidadania dentro do bloco do Mercosul para uma real integração nossamericana para além dos términos económicos. E para além do discurso pelos direitos fundamentais da pessoa humana, conceitos como o pensamento decolonial também surgem quando se trata da garantia da proteção dos territórios nacionais frente aos países do norte, como no exemplo que seguimos em torno do debate da Ilhas Malvinas que ainda hoje está em guerra entre Argentina e Reino Unido:

¿Por qué nos integramos? ¿Para qué nos integramos? La descolonización de las Islas Malvinas es una tarea fundamental e impostergable. Las Islas Malvinas son una herida sangrante para nuestra América, para nuestra Patria Grande, para nuestro MERCOSUR; un trozo de Argentina colonizado, usurpado, usado como base militar por un viejo imperio.

Las Islas Malvinas son un grito, son un llamado constante a entender que debemos seguir luchando por nuestra absoluta y definitiva independencia; una independencia plena, sin condiciones, sin imposiciones, sin tuteladas y sin amenazas. Esa independencia solamente es posible si estamos unidos, conscientes de que la paz y el futuro de nuestras naciones están vinculados, fundamentalmente, a la unidad inquebrantable de América Latina y el Caribe: unidad en la diversidad, unidad aceptando nuestras diferencias, unidad respetando la particularidad de cada país. Una de las formas de consolidar esa unidad es haciendo causa común en lo trascendente, en la defensa de nuestro territorio, en la defensa que garantice que nuestra región sea de paz y que la barbarie, la invasión, la colonización, la injerencia queden borrados definitivamente de nuestro presente y de nuestro futuro y sean un pasaje oprobioso de la historia humana condenado definitivamente a estar en el

pasado.

Para la América mestiza, la tierra es madre, es Pachamama; no se vende, no se entrega, no se olvida. Por ello, la tierra sudamericana no puede usarse como base militar, como un foco de amenazas, de provocaciones bélicas por parte de potencias extranjeras en crisis. Ello atenta contra nuestra decisión de ser una región de paz, una región para la vida y para la democracia. La barbarie de un modelo imperial que explota, destruye, contamina, no se puede desplegar en un territorio que es frágil, que exige cuidado y protección de la naturaleza. Ese territorio es vital para el equilibrio ambiental de nuestra región. No podemos permitir que la ética de los piratas, de los corsarios, de los saqueadores siga prevaleciendo por encima de las Naciones Unidas y por encima del derecho soberano de Argentina a controlar su territorio, a recuperar su soberanía, a la integración plena de su territorio.

Argentina, MERCOSUR y América Latina tienen la obligación de descolonizar las Malvinas. Esa es una deuda con nuestros libertadores, es una deuda con los hombres y mujeres que dieron su vida por la independencia y, sobre todo, es un compromiso con las generaciones futuras, para que nunca más nuestra Patria Grande esté signada por la colonización, por el saqueo o por la dependencia.

La victoria de Argentina será la victoria del MERCOSUR. La victoria de Argentina será la victoria de América Latina; será la victoria del derecho, de la justicia, de la paz; será la victoria de la humanidad.

La victoria de Argentina debe ser un símbolo fundamental para que en nuestra América se plantee el proceso de descolonización de manera irreversible. ¡Nunca más nuestra América colonizada! (Eekout, 2017, pp. 3-4)

A temática em torno da igualdade de gênero dentro do próprio parlamento também aparece, até mesmo antes de se tratar sobre as relações de poder e violência contra a população LGBTI+. Como exemplo, em 2009, em que uma das parlamentares que faz seu último discurso em plenária reforma atenção para o tema:

“[...] quiero dejar asentado en Actas que sigo reclamando, señor Presidente, un proyecto de mi autoría que habla de la representatividad femenina en el Parlamento del Mercosur. Con sólo mirar cómo está conformado este Parlamento, nos damos cuenta de que si el 50% de la sociedad somos mujeres y estamos discriminadas, mal podemos hacer leyes que realmente defiendan los derechos humanos y la justicia social. Este tema ya fue presentado en 6 de noviembre de 2008 al presidente de la Comisión de Presupuesto y Asunto internos. Todos los compañeros Parlamentarios asumieron el compromiso de que este tema iba a ser incluido en la elaboración del acuerdo político de nuestros países, acuerdo político por la representatividad, el que además, fue aclamado en este Plenario – según consta en el acta – en una de las últimas secciones Ordinarias. A las compañeras que van a continuar integrando este Parlamento les queda seguir trabajando para que se haga realidad la posibilidad que acá haya la misma cantidad de hombres que de mujeres, de acuerdo con lo que los censos de nuestros países establecen. (Müller, 2009, p. 24)

Passados oitos anos desde este discurso, o tema sobre a representatividade de mulheres no Parlamento do Mercosul ainda não havia sido alçado, momento em que em 2016:

“[...] esta campaña, que es una declaración de igualdad, se enmarca en los lineamientos de lucha por la igualdad y la no discriminación, ya ha sido iniciada por el Instituto Interamericano de Derechos Humanos, concede en Montevideo. A su vez, ha sido firmada por la mayoría de Parlamentarios

presentes en esta sesión.

Esto tiene como finalidad llamar atención, pues los organismos internacionales a los que pertenecemos no cumplen con los mínimos requisitos de igualdad en su conducción. Hay una subrepresentación que llama la atención, sobre todo en los organismos de Naciones Unidas y otros organismos importantes.

A setiembre de 2015, las mujeres solo tenían la representación de 17% en los principales Tribunales internacionales. En la Corte internacional de Justicia, de quince integrantes, solo hay tres mujeres Juezas; en el Tribunal Internacional del Derecho del Mar, de veintiún integrantes, solo hay una mujer; en el Tribunal Internacional Penal para la ex Yugoslavia, de diecisiete integrantes hay tres mujeres; en la Corte interamericana de Derechos Humanos no hay ninguna mujer entre los siete integrantes. Y en lo que hace a los organismos pertenecientes a las Naciones Unidas, como el Comité de Derechos Humanos, el Comité de Derechos Económicos y Sociales, u el Comité contra la tortura, solo tenemos una representación de 30%.

Lo que ocurre en la práctica es que quienes proponen las candidaturas para la conducción de estos organismos son los Estados, que son los que discriminan y no cumplen con este principio de igualdad. Por eso, se pretende llamar atención a los Estados Miembros del MERCOSUR para que cumplan con esta Declaración. [...]. (Storani, 2016)

E em 2013 há um discurso feito pela deputada Benetida da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que chama atenção em torno da importância de uma ação em Direitos Humanos amplo à tão desejada integração dos países de Nuestra América:

[...] me gustaría que el MERCOSUR, una vez más – porque ya lo dije otras ocasiones –, no ponga énfasis solamente en las áreas económicas y comercial. Nos debemos al tema de los derechos humanos ya que muchas personas están sometidas, excluidas, y es importante que nosotros, que hablamos de la integración, no estemos pensando en marcar diferencias. Por el contrario, es para que podemos dar énfasis a la economía y al comercio, pero todo a la inclusión social.

Señor Presidente y señores Parlamentarios: la integración no deberá de forma alguna excluir a las mujeres, a los negros ni a los indígenas. Nosotros queremos una integración hoy tenemos una educación igualitaria. Mi presencia en el PARLASUR se debe a una trayectoria política en el área social y de derechos humanos. Por eso, pienso que el MERCOSUR deberá también, debatir y observar. [...] Hay muchas mujeres y hombres que están siendo explotados como trabajadores en su derecho al salario, al descanso y en a ausencia en sus hogares en la medida en que no tienen horario para dejar su trabajo y que tienen sus hijos en la casa.

A su vez, quisiera que se hiciera un reconocimiento a los diplomatas de los extranjeros, y es fundamental que el MERCOSUR debata este tema, que debe estar presente en la integración. Tampoco se puede dejar de lado el debate sobre las drogas en América Latina, ya que está matando a la juventud. Es importante el tema del trabajo porque necesitamos tener más empleo y, por lo tanto, más calificación y aumento de nuestra economía. Para ello, las personas deben tener un trabajo efectivo, y no como está sucediendo hoy en América Latina.

Estas son mis observaciones, pero creo que en el transcurso de nuestro trabajo podremos presentar no solo soluciones sino también un debate para el fortalecimiento de nuestra red política que es, sin duda alguna, el PARLASUR. (Silva, 2013)

Trazemos estes discursos pois eles nos expõem, de algum modo, como ainda não há uma articulação conjunta e direcionada para que o debate interseccional

conduza o Parlamento do Mercosul á uma real integração nossamericana para além da pauta económica.

O contexto em que se encontra Nuestra América exige exatamente estratégias interseccionadas entre os mais diversos movimentos sociais e suas ideologias. Incluso pelos tempos sombrios que o próprio Parlamento poderá passar nos próximos anos com o avanço desse neocolonialismo patriarcal capitalista branco que se instalou nos Estados da região.

Por fim, abrimos então muitas outras oportunidades de pesquisa em torno da pauta de direitos humanos e cidadania em Nuestra América desde os debates dados dentro do Parlamento do Mercosul. Como esta instituição, neste momento pode ter um papel importante de observatório não só sobre a democracia da região, mas também torno das violações de direitos humanos e cidadania sobretudo daqueles grupos mais vulnerabilizados.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?..**Ed.1. Belo Horizonte: Letramento Editora e Livraria LTDA, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro? Ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras.** 2018

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** Belo Horizonte: Ed. Boitempo, 2018.

RESTREPO, C. Luis. **El derecho a la ternura.** Bogotá: Arango Editores, 1994.

DUSSEL, Enrique. **¿El ser latino-americano tiene pasado y futuro?.** In Filosofia de la historia Latinoamericana. Org. Luis Jose Gonzales Alvez. Bogota: Editora El Buho, pp. 133-151, 1983.

PARLASUR. Competências. Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/150/1/parlasur/competencias.html>>

Acessado em 14 de jan. de 2019.

GALLO, Luiz, Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/10108/1/xxxiv-so-de-21-set-2015.pdf>> acessado em 18 de janeiro de 2019.

CORRADI, Ana María. Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/13014/1/xliv-sesion-ordinaria-completa.pdf>> Acessado em 18 de janeiro de 2019.

STORANI, María Luisa. Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/14895/1/liv-so-27-de-abril-de-2018.doc>> Acessado em 19 de janeiro de 2019.

CANESE, K, Ricardo. Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/13694/1/xlviii-so-del-26-de-junio-de-2017.pdf>> Acessado em 20 de janeiro de 2019.

NÚÑEZ, G. Alfonso. Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/7484/1/discurso-del-presidente-del-pm.pdf>> Acessado em 20 de janeiro de 2019.

CALHEIROS, Renan. Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/7484/1/presidente-do-senado-federal.pdf>> Acessado em 20 de janeiro de 2019.

ZAMBAISA, Sergio. Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/7484/1/discurso-parl.-zambiasi.pdf>> Acessado em 20 de janeiro de 2019.

EEKOUT, Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/7484/1/anexo-iv---eleccion-de-md.pdf>> Acessado em 25 de janeiro de 2019.

MÜLLER, Hilda Mabel. Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/7345/1/xix-sesion-ordinaria-del-parlamento-del-mercosur-210909.pdf>> Acessado em 25 de janeiro de 2019.

SILVA, Benedita. Disponível em:

<<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/8019/1/xxviii-sesin-ordinaria-2-dic-2013.pdf>> Acessado em 20 de janeiro de 2019.